



3º Simulado

Magistratura TJ SP

Simulado TJ-SP

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-SP;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SP-Magistratura-18-09>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Não se consideram bens móveis:

- a) as energias que tenham valor econômico;
- b) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- c) o direito à sucessão aberta;
- d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

02. Pedro obrigou-se, mediante negócio jurídico firmado, a vender uma carroça ou um barril de uvas a Miguel mediante o recebimento de determinada quantia em dinheiro. Sendo essa uma obrigação alternativa, é correto afirmar que:

- a) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao devedor;
- b) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao credor;
- c) no caso, poderá o credor obrigar o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- d) no caso, poderá o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

03. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia.

04. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:

- a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;
- b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;
- d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial.

05. Mateus soube que Otávio precisava de um fiador e se ofereceu para ocupar o encargo. Apesar do ato gentil, Otávio recusou prontamente a proposta, pois não queria depender de Mateus, seu sogro. Mateus, então, mesmo contra a vontade de Otávio, procurou João e firmou o contrato de fiança, renunciando ao benefício de ordem. Com base no caso, assinale a afirmativa correta:

- a) a fiança é nula, pois foi estipulada contra a vontade de Otávio;
- b) caso Mateus se torne insolvente, João poderá exigir sua substituição;
- c) em caso de execução, Mateus poderá exigir que sejam primeiro executados os bens de Otávio;
- d) a fiança poderá ser anulada por Otávio no prazo decadencial de quatro anos, tendo em vista que foi estipulada contra sua vontade.

06. Sobre a hipoteca, é correto afirmar que:

- a) nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo obrigacional, ao cumprimento da obrigação;
- b) é nula a cláusula que proíbe o proprietário alienar o imóvel hipotecado;
- c) o pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, desde que compreenda vários bens;
- d) a propriedade superveniente não torna eficaz as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.

07. Pedro, Marcos e André se obrigaram a entregar a Paulo um cavalo. Contudo, na data acordada, o cavalo não foi entregue. Com base no caso, assinale a afirmativa correta:

- a) tratando-se de obrigação solidária, Paulo poderá exigir a entrega de um cavalo de qualquer dos devedores, pois todos são obrigados pela dívida toda;
- b) mesmo que a obrigação se resolva em perdas e danos, ela não perderá o caráter de indivisível;
- c) caso a obrigação se resolva em perdas e danos, todos os devedores responderão, mesmo que só um seja culpado, pois a obrigação é indivisível;
- d) Paulo poderá exigir um cavalo de qualquer um dos devedores, pois todos são obrigados pela dívida toda.

08. Em relação à cláusula de retrovenda, é correto afirmar que:

- a) o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de cinco anos.
- b) o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de prescrição de cinco anos.
- c) o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de prescrição de três anos.
- d) o direito de retrato é cessível e transmissível a herdeiros e legatários.

09. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem.

10. Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que:

- a) o usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste,

abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades;

- b) salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acréscidos;
- c) o usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- d) é possível transferir o usufruto por meio de alienação.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

11. Em relação aos direitos do consumidor, é **correto** afirmar:

- a) Interesses ou direitos difusos são definidos pelo Código de Defesa do Consumidor como os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- b) Constituem interesses ou direitos coletivos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- c) São Interesses ou direitos difusos, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular um grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- d) Constituem interesses ou direitos coletivos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato.

12. É cláusula abusiva prevista no Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas que:

- a) Possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.
- b) Estipulem prazos para a solução dos problemas decorrentes da relação de consumo.
- c) Autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, mesmo quando igual direito seja conferido ao consumidor.
- d) Determinem a utilização consensual da arbitragem.

13. Conforme Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90, é **incorreto** afirmar:

a) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

b) O Poder Público instituirá Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público estadual, como meio a garantir a execução da Política Nacional das Relações de Consumo.

c) A Política Nacional das Relações de Consumo prevê a criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.

d) O Código de Defesa do Consumidor garante a facilitação da defesa de seus direitos, vedada a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, em qualquer situação.

14. Tendo como base a Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **incorreta**:

a) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

b) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado pelos danos quando provar que não colocou o produto no mercado.

c) O comerciante é responsável pela reparação dos danos quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

d) O fornecedor de serviços responde, apenas quando comprovada sua culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

15. Sobre Direito do Consumidor, é **INCORRETO** afirmar que:

a) O CDC dispõe que as suas normas principiológicas são de ordem pública e interesse social, portanto, as demais normas, numa interpretação em contrário, não possuem esta natureza.

b) O CDC estabelece presunção absoluta de vulnerabilidade do consumidor.

c) Para se caracterizar a lesão no CDC, ao contrário do Direito Civil, basta a presença de cláusula contratual que estabeleça prestações desproporcionais, em prejuízo do consumidor.

d) Quanto à inversão do ônus da prova em benefício do consumidor, o CDC adotou a teoria dinâmica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

16. Sobre a citação, assinale a alternativa correta:

a) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroagirá à data de propositura da ação, desde que proferida por juízo competente.

b) A citação poderá ser feita somente no local que reside o Réu.

c) Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de conhecimento, será deferido ao réu novo prazo para apresentação de defesa.

d) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.

17. Julgue os itens a seguir:

I. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

II. As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Essa regra, contudo, não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.

III. Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) III
- d) I.

18. Acerca da tutela provisória, marque a alternativa correta:

- a) A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.
- b) Se a tutela de urgência for requerida de forma incidental, haverá pagamento de custas.
- c) Ao despachar a reclamação, deferida a suspensão do ato impugnado, o relator pode conceder tutela provisória satisfativa correspondente à decisão originária cuja autoridade foi violada.
- d) O pedido de antecipação da tutela recursal ou de concessão de efeito suspensivo a qualquer recurso não poderá ser formulado por simples petição.

19. Em relação à tutela de evidência, julgue os itens:

I. A tutela de evidência não depende do perigo na demora (perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo), necessitando apenas a probabilidade do direito.

II. É inadmissível a concessão de tutela da evidência fundada em tese firmada em incidente de assunção de competência.

III. É cabível a tutela de evidência em sede de recurso.

Estão corretos:

- a) I, II e III
- b) III
- c) II
- d) I e III

20. Sobre formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:

- a) Durante a suspensão do processo é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, mesmo no caso de arguição de impedimento e de suspeição, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável.
- b) Ocorrendo a morte da parte, se o direito discutido no processo for intransmissível, o processo deve ser extinto com julgamento do mérito.
- c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício.
- d) É admissível a emenda à inicial, antes da citação, para a substituição de executado pelo seu espólio, em execução ajuizada em face de devedor falecido antes do ajuizamento da ação.

21. Considere as seguintes afirmativas sobre o tema da petição inicial no âmbito do Código de Processo Civil e assinale a correta:

- a) Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja necessária conexão.
- c) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sendo absolutamente vedado o emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitariam um ou mais pedidos cumulados.
- d) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, somente aquele que participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

22. Sobre as hipóteses de indeferimento da petição inicial e de improcedência liminar do pedido, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015:

- a) A inépcia da petição inicial, a manifesta ilegitimidade da parte e a ausência de interesse processual são hipóteses de indeferimento da petição inicial.
- b) A apelação interposta contra sentença que indefere a petição inicial não admite juízo de reconsideração.
- c) A apelação interposta contra sentença que indefere a petição inicial não será objeto de contraditório e será imediatamente remetida ao tribunal competente.
- d) A sentença que declara, liminarmente, prescrição ou decadência é decisão de indeferimento da petição inicial.

23. No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial do mérito, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito não é impugnável por agravo de instrumento.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
- c) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados nos mesmos autos.
- d) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles se mostrar incontroverso e não houver necessidade de produção de outras provas.

24. Sobre a revelia, assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o réu for revel e ocorrer os efeitos da revelia, não havendo requerimento para produção de outras provas, o juiz poderá proceder ao julgamento antecipado do mérito do processo.
- b) Ocorrendo a revelia, reputam-se verdadeiros somente os fatos alegados pelo autor e não a matéria jurídica.
- c) Presumir-se-ão verdadeiras todas as alegações de fato formuladas pelo autor, quando não impugnadas pela parte adversa.
- d) Havendo litisconsórcio simples, o afastamento do efeito material da revelia depende do conteúdo da contestação.

25. Sobre a reconvenção, assinale a alternativa correta:

- a) A reconvenção pode ser proposta apenas contra o autor, jamais contra terceiro.
- b) O réu não pode propor reconvenção sem oferecer contestação.
- c) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituto, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
- d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. Recentemente, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou o recurso especial nº 1.911.099, no qual se definiu questão delicada a respeito da adoção por parentes colaterais. A decisão partiu de profunda análise do direito da criança e do adolescente. Com base nesse precedente, nas regras do Estatuto da Criança e do Adolescente e numa análise principiológica do direito, analise as assertivas a seguir:

I – O conceito de família adotado pelo ECA abarca a família natural e a família extensa e não pode ser interpretado estritamente com base nas regras de direito civil, que limitam o parentesco na linha colateral até o 4º grau, devendo-se privilegiar o afeto familiar como alicerce imaterial do relacionamento;

II – O artigo 19 do ECA prevê expressamente que é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família, podendo-se compreender como família tanto os parentes por consanguinidade, seja em linha reta ou colateral, como os parentes por afinidade. A colocação em família substituta é excepcional;

III – O melhor interesse da criança e do adolescente é a razão de ser das normas do ECA, de modo que não se deve interpretar de modo rígido e absoluto a ordem de preferência das pessoas previamente cadastradas para adoção;

IV – O § 13 do artigo 50 do ECA traz como hipótese em que pode ser deferida adoção em favor de candidato não cadastrado previamente aquela em que o pedido é formulado por pessoa com a qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade;

V – De acordo com previsão expressa do ECA, não podem adotar os ascendentes e irmãos do adotando.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I – II – III – IV - V.
- b) I – II – III - V.
- c) III – IV – V.
- d) I – II – III – IV.

27. Juliana, de 15 anos, grávida, teve contra si imposta medida socioeducativa de internação em razão da prática de ato infracional análogo ao homicídio. Sobre essa situação, particularmente em razão da gravidez, cabe afirmar que:

- a) É vedada a aplicação de medida de internação em desfavor de adolescente grávida, de acordo com disposição expressa da Lei do Sinase.
- b) Se o parto ocorrer na unidade de internação, este fato não deverá constar do registro de nascimento.
- c) Após o nascimento, a medida de internação deverá ser imediatamente substituída, pois as unidades de internação servem exclusivamente ao cumprimento da medida, vedada a presença de crianças.
- d) Por analogia com o Estatuto da Primeira Infância, que estendeu as hipóteses de prisão domiciliar em favor de condenadas gestantes, as adolescentes grávidas devem, em qualquer hipótese, ser postas em liberdade.

28. Em determinada Comarca ainda não foi instalado o Conselho Tutelar. Nesse caso, as atribuições do Conselho devem ser exercidas:

- a) pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.
- b) pela autoridade policial.
- c) pela autoridade judiciária.
- d) pelo Ministério Público.

29. Com fundamento na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no tocante aos direitos da criança e do adolescente, é correto afirmar que:

- a) É inconstitucional a previsão do artigo 230 do ECA, que tipifica como crime a conduta de privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- b) Pedidos de autorização visando a participação de criança e adolescente em eventos de caráter artístico são de competência da Justiça do Trabalho.
- c) Lei Estadual que determina a obrigatoriedade de realização de exame pericial em crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de estupro por perito legista mulher é inconstitucional.
- d) Os Tribunais de Justiça podem estipular ao Juízo da Infância e Juventude a competência para processar e julgar delitos contra a dignidade sexual quando a vítima for criança ou adolescente.

30. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não tem condicionado a execução das medidas socioeducativas ao trânsito em julgado da decisão, tal qual se dá no âmbito do direito penal. Podemos citar como exemplo desse entendimento o seguinte trecho do voto proferido pelo relator ministro Olindo Menezes no julgamento do AgR no HC 664.773:

Com efeito, conforme exposto na decisão agravada, o acórdão harmoniza-se com o entendimento firmado no âmbito da Terceira Seção desta Corte Superior, nos autos do HC 346.380/SP, no sentido de que condicionar a execução da medida socioeducativa ao trânsito em julgado da sentença que acolhe a representação constitui verdadeiro obstáculo ao escopo ressocializador da intervenção estatal, além de permitir que o adolescente permaneça em situação de risco, exposto aos mesmos fatores que o levaram à prática infracional, mesmo nos casos em que não tenha sido aplicada medida socioeducativa provisória no curso da instrução, como é o caso dos autos.

De acordo com a jurisprudência do STJ, essa compreensão parte da aplicação do seguinte princípio aplicável ao direito da criança e do adolescente:

- a) princípio da prioridade absoluta.
- b) princípio da intervenção precoce.
- c) princípio da necessidade.

- d) princípio da atualidade.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

31. Quanto à lei penal em relação às pessoas, é correto afirmar que:

- a) O agente diplomático pode renunciar à imunidade diplomática.
- b) As imunidades penais referentes aos agentes consulares são relativas.
- c) As sedes diplomáticas são extensão do país de origem, não integrando o território nacional para fins penais.
- d) A imunidade diplomática não abrange a família dos agentes diplomáticos.

32. Quanto ao conflito aparente de normas, é correto afirmar que:

- a) O artigo 12 do Código Penal que dispõe que: “as regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso” é considerado um exemplo de aplicação expressa do princípio da especialidade.
- b) De acordo com o princípio da alternatividade, a lei primária derroga a lei subsidiária.
- c) Na progressão criminosa em sentido estrito, que consiste em uma espécie do princípio da subsidiariedade, o agente muda a ideia inicial e comete crime mais grave.
- d) O princípio (ou regra) da subsidiariedade, utilizado na solução de conflito entre normas, ocorre quando há a previsão, pelo tipo penal, de várias condutas que consubstanciam um único crime.

33. Quanto ao elemento subjetivo da conduta, é correto afirmar que:

a) Pelo que dispõe o Código Penal em seu art. 18, o Código Penal adota o entendimento, segundo a doutrina majoritária, de que o dolo deriva exclusivamente da teoria da vontade.

b) Quanto ao grau, o dolo pode ser classificado até o terceiro grau, que é a vontade de assumir o risco de produzir o resultado.

c) Na culpa imprópria, o agente pratica a conduta, mas, mesmo sendo previsto o resultado, não o aceita, espera que ele não ocorra.

d) No dolo eventual, o agente assume o risco da produção do resultado. Na culpa consciente, o agente confia que o resultado não ocorrerá, inclusive se dispõe a atuar para evitá-lo.

34. Quanto à prescrição, é correto dizer:

a) A prescrição, antes de transitada em julgado a sentença, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em doze anos, se o máximo da pena é superior a dois e não excede a quatro.

b) Depois de transitada em julgado a sentença condenatória, a prescrição regula-se pela pena abstrata, nos prazos fixados no art. 109 do Código Penal.

c) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo da condenação, menor de 21 (vinte e um anos), ou ao tempo do crime, maior de 70 (setenta) anos.

d) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.

35. Quanto à teoria geral da pena, é correto dizer:

a) Na aplicação da substituição da pena privativa de liberdade pela pena de prestação pecuniária, a importância fixada pelo juiz não poderá ser inferior a 1(um) salário mínimo nem superior a 36 (trinta e seis) salários mínimos.

b) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos domingos, por 5 (cinco) horas diárias em colônia agrícola.

c) A proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do Poder Público é uma espécie de pena de interdição temporária de direitos.

d) As tarefas desempenhadas pelo condenado no cumprimento da pena de prestação de serviços à comunidade devem ser cumpridas à razão de duas horas de tarefa por dia de condenação.

36. Quanto aos efeitos da condenação, é correto dizer:

a) A pena de perda de bens e valores tem natureza jurídica de efeito da condenação.

b) Caso o produto ou proveito do crime não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior, será aumentada a pena em um terço.

c) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso, consiste em efeito automático da condenação.

d) Consiste em um efeito específico da condenação penal a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado.

37. Quanto ao crime de apropriação indébita, é correto afirmar que:

a) Consiste em forma equiparada ao crime de apropriação indébita a conduta criminosa de recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços.

b) É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação penal.

c) Na apropriação indébita, a pena é aumentada da metade quando o agente recebeu a coisa na qualidade de síndico.

d) Na apropriação de coisa achada, incorrerá o agente na mesma pena do crime de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza, quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de cinco dias.

38. Quanto aos crimes contra a incolumidade pública, é correto afirmar que:

a) O agente que culposamente corromper ou poluir água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para o consumo, cometerá o crime de corrupção ou poluição de água potável.

b) Se o crime de incêndio é provocado em mata ou floresta, a pena é aumentada de dois terços.

c) Não pratica o de delito de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais previsto no artigo 273 do Código Penal, o agente que adulterar cosmético.

d) Somente nos casos em que o crime culposo de perigo comum resulta em lesão corporal de natureza grave, a pena privativa será aumentada de metade.

39. Quanto aos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que:

a) As penas aumentam-se de metade, desde que o agente repasse parte do dinheiro ou utilidade a juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

b) A conduta incriminada no crime de favorecimento pessoal é prestar auxílio a criminoso, destinado a tornar seguro o proveito do crime.

c) Apenas incide a causa de aumento de pena em um sexto a um terço, no crime de corrupção ativa de testemunha, servidor ou auxiliar da Justiça, se o crime for cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo de improbidade administrativa.

d) Incorre na pena de patrocínio infiel o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

40. Quanto à pena de multa, é correto dizer:

a) A cobrança da multa poderá efetuar-se mediante desconto no vencimento ou salário do condenado apenas quando for aplicada isoladamente.

b) Caso sobrevenha doença mental, a execução da pena de multa é suspensa.

c) O valor do dia-multa será fixado pelo juiz e não poderá ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo vigente ao tempo do fato, nem superior a 3(três) vezes esse salário.

d) Depois de transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada a sua natureza penal, aplicáveis exclusivamente as normas previstas no Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

41. A respeito dos procedimentos, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento será sumário quando tiver como objeto infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- b) Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.
- c) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em primeira instância.
- d) O procedimento será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

42. No procedimento ordinário, a absolvição sumária deve ocorrer quando o juiz verificar

- a) a inépcia da petição inicial;
- b) que falta justa causa para o exercício da ação penal;
- c) a inimizabilidade do agente;
- d) que o fato foi manifestamente cometido sob coação moral irresistível;

43. Assinale a alternativa INCORRETA acerca das nulidades, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) As nulidades surgidas no curso da investigação preliminar, de regra não atingem a ação penal dela decorrente.
- b) A ausência de intimação da defesa sobre a expedição de precatória para oitiva de testemunha é causa de nulidade relativa.
- c) Em qualquer caso, por violação à ampla defesa, é nula audiência realizada para oitiva de testemunha por carta precatória sem a presença do réu preso.
- d) É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.

44. Sobre as nulidades no processo penal, marque a opção correta.

- a) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, quando não houver sido nomeado defensor dativo.
- b) A nulidade da citação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la.
- c) Segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, o princípio do prejuízo só é aplicável às nulidades relativas.
- d) O vício ou defeito na representação da parte poderá ser sanado até antes do início da instrução criminal.

45. Em relação aos recursos no processo penal, julgue as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) O assistente de acusação possui legitimidade para interpor recurso de apelação da sentença absolutória.
- b) Anulado o primeiro julgamento do Tribunal do Júri, poderá a nova sentença aplicar pena mais grave, não existindo vinculação à reprimenda anterior.
- c) Com o trânsito em julgado da sentença condenatória, não é mais possível o agravamento da situação do réu, salvo para corrigir mero erro material na somatória da pena.
- d) No caso de provimento do recurso de apelação interposto quando a sentença do Tribunal do Júri for injusta no tocante à pena, deverá o réu ser submetido a novo julgamento.

46. Sobre os prazos processuais penais e outras disposições gerais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado.
- b) Salvo os casos expressos, os prazos correrão da data da intimação, não se computando o dia do começo, mas se incluindo o dia do vencimento.
- c) Salvo o caso de justiça gratuita, nas ações intentadas mediante queixa, nenhum ato ou diligência se realizará, sem que seja depositada em cartório a importância das custas.
- d) A falta do pagamento das custas, nos prazos fixados em lei, ou marcados pelo juiz, importará renúncia ao exercício do direito de queixa, com a extinção da punibilidade.

47. No tocante ao inquérito policial, de acordo com as normas vigentes, assinale a opção correta.

- a) Ainda que arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, nada impede que a autoridade policial dê continuidade normal às investigações.
- b) No caso de arquivamento do inquérito policial, deverá o órgão do Ministério Público submeter o pedido à homologação judicial, caso em que poderá ser apreciada a improcedência das razões invocadas.
- c) O inquérito policial somente poderá ter sua publicidade restringida quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- d) O defensor do acusado possui direito de acesso aos autos de inquérito, de forma integral, não sendo possível a sua restrição pela autoridade policial em relação a qualquer diligência.

48. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma característica do inquérito policial.

- a) Discricionariedade.
- b) Dispensabilidade.
- c) Judicialidade.
- d) Indisponibilidade.

49. Em relação à ação penal pública incondicionada, é correto afirmar que

- a) o ofendido poderá intentá-la quando o órgão do Ministério Público, ao invés de oferecer denúncia, entender pela ausência de base suficiente para a acusação e arquivar o procedimento investigatório.
- b) considerar-se-á perempta quando se deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- c) somente poderá ser iniciada se houver justa causa, caso em que não será admitido o acordo de não persecução penal.
- d) se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.

50. Sobre a renúncia e o perdão, assinale a alternativa correta.

- a) ambos podem se dar na forma expressa ou tácita.
- b) não é possível a aceitação do perdão fora do processo judicial.
- c) a renúncia se estende a todos os autores do crime, enquanto o perdão é personalíssimo.
- d) em ambas as hipóteses é necessária a intimação do beneficiário para o aceite.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, decretou a intervenção federal no estado Alfa. No decreto, fixou o prazo de 180 dias, nomeou João da Silva, general do Exército, como interventor e definiu que a intervenção só se daria no âmbito do Executivo, na área de segurança pública. Logo após, encaminhou o decreto para apreciação do Congresso Nacional. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

a) O Presidente da República não poderia ter decretado a intervenção federal sem a autorização do Congresso Nacional.

b) A Constituição Federal, ao exigir a nomeação de interventor, proibiu que a função fosse exercida por militar, uma vez que o regime democrático não admite intervenção militar na autonomia dos entes federativos.

c) O prazo limite para a duração da intervenção federal é de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.

d) A Constituição Federal exige que o decreto especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção federal. No caso narrado, o Presidente deixou de listar as condições de execução, tendo atendido as duas primeiras exigências.

52. João e sua família são proprietários de três pequenos imóveis rurais, contíguos, cuja extensão somada não ultrapassa quatro módulos fiscais. O grupo familiar reside em uma das propriedades e utiliza a área completa dos imóveis para o cultivo de hortaliças, atividade que assegura a subsistência de toda a família. João comprou insumos agrícolas da Distribuidora de Produtos Agrícolas XX e hipotecou, livre e conscientemente, uma de suas propriedades. Em decorrência de desequilíbrio econômico, João não conseguiu saldar a sua dívida. A respeito da situação descrita, aponte a alternativa correta, de acordo com o texto da Constituição Federal e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria.

a) O imóvel de João é considerado pequena propriedade imóvel rural e não pode ser objeto de

penhora para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

b) O bem hipotecado é penhorável, uma vez que não constitui o único imóvel de João, o que afasta a proteção constitucional da pequena propriedade rural.

c) O bem hipotecado é penhorável, porque foi dado livremente por João em garantia da dívida, o que afasta a proteção constitucional da pequena propriedade rural.

d) Apenas o bem em João e sua família residem é impenhorável.

53. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.

b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.

c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.

54. A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a única alternativa compatível com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito civil, direito penal, direito processual civil, direito processual penal e direito eleitoral.

b) A Constituição estadual não pode separar matéria para ser disciplinada por lei complementar.

c) O Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, poderá autorizar o Presidente da República a elaborar leis delegadas, obedecidas as limitações constitucionais.

d) Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo por solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

55. Acerca do Poder Judiciário, aponte a alternativa correta.

a) A regra do quinto constitucional é aplicada na composição dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.

b) No âmbito estadual, o Presidente do Tribunal de Justiça, com a aprovação do Tribunal, encaminha a proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias, ao Poder Executivo. Caso a proposta não seja enviada no prazo legal, o Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente.

c) Os Estados que quiserem, mediante proposta do Tribunal de Justiça, por meio de lei, poderão criar a Justiça Militar estadual, constituída em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça Militar.

d) Ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público estadual e do Distrito Federal e Territórios, nos crimes comuns e de responsabilidade.

56. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

c) decretar e executar a intervenção federal.

d) nomear membros do Conselho da República.

57. A respeito da interpretação conforme a Constituição, aponte a alternativa incorreta.

a) Diante de uma norma polissêmica, o magistrado deve preferir aquela interpretação que esteja de acordo com a Constituição, preservando a norma, ainda que em desacordo com o texto expresso da lei.

b) Se a norma analisada possuir apenas um significado, não caberá a interpretação conforme a Constituição, de modo que se esse único significado não estiver de acordo com a Constituição, a norma deverá ser declarada inconstitucional.

c) A interpretação conforme a Constituição é tanto técnica de controle de constitucionalidade quanto princípio de interpretação das normas.

d) A interpretação conforme a constituição é derivada do princípio de presunção de constitucionalidade das leis. Quando uma norma é polissêmica e uma das interpretações é compatível com a Constituição, declara-se a constitucionalidade da norma e aponta-se a interpretação que se coaduna com a Constituição.

58. Após uma longa tempestade, a população de três municípios do estado Alfa foi afetada por inundações que provocaram queda de energia, falta de água potável e escassez de alimento. Muitas pessoas foram colocadas em abrigos públicos e tiveram que deixar as suas casas. Essa situação afetou a ordem pública e a paz social na região em que estão situados os municípios, porque a população, amedrontada, começou a saquear lojas, mercados e residências. Diante da situação, para restabelecer a ordem pública e a paz social, poderá o Presidente da República

a) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria relativa de seus membros, pelo prazo improrrogável de 30 dias.

b) decretar a intervenção federal nos três municípios, afastando de cada lugar o Prefeito e nomeando interventor.

c) decretar o estado de defesa, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, e submeter o ato ao Congresso Nacional, no prazo de 24 horas, para que por decisão da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 10 dias, aprove ou não o ato.

d) decretar o estado de defesa, após consultar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.

59. A respeito das finanças públicas, aponte a alternativa incorreta.

a) O banco central não pode conceder, ainda que indiretamente, empréstimos a entidade que não seja instituição financeira.

b) Para regular a taxa de juros, poderá o banco central comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.

c) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

d) As disponibilidades de caixa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem ser depositadas no banco central.

60. A respeito da competência para legislar sobre criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas, aponte a alternativa correta.

a) A competência é privativa da União.

b) Os estados poderão legislar sobre partes específicas dos juzizados especiais se a União delegar a competência, por meio de lei complementar.

c) A competência é concorrente da União, cabendo à União legislar sobre as normas gerais.

d) A superveniência de lei federal sobre a matéria revoga a lei estadual no ponto contrário.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

61. Sobre as convenções partidárias, é incorreto afirmar que:

a) Em virtude da autonomia partidária, a convenção partidária de nível inferior pode deliberar sobre formação de coligações contrariando diretriz legitimamente estabelecida pelo órgão de direção nacional do partido

b) Para a realização das convenções, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento

c) Deve ser lavrada a respectiva ata da Convenção em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação

d) A ata da convenção e a lista dos presentes serão digitadas no Módulo Externo do Sistema de Candidaturas (CANDex), para: - serem publicadas no sítio do Tribunal Superior Eleitoral, na página de Divulgação de Candidaturas e de Prestação de Contas Eleitorais

62. Acerca do registro de candidatura, é correto afirmar que:

a) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, podendo ser feito pela agremiação partidária ou, em qualquer hipótese, diretamente pelo próprio candidato.

b) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito pela agremiação partidária, não sendo possível, em nenhuma hipótese, ser feito diretamente pelo próprio candidato.

c) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito nos juízos eleitorais para os cargos de prefeito e vice-prefeito, mediante pedido apresentado pelos partidos e coligações no CANDex, disponível nos sítios eletrônicos dos tribunais eleitorais

d) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito nos juízos eleitorais para os cargos de prefeito e vice-prefeito, mediante pedido apresentado pelos partidos e coligações diretamente no cartório do juízo eleitoral

63. Sobre o financiamento de campanha eleitorais, é incorreto afirmar que:

a) Os recursos destinados às campanhas eleitorais, respeitados os limites previstos, somente são admitido quando provenientes de recursos próprios dos candidatos, doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas, doações de outros partidos políticos e de outros candidatos, comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político e recursos próprios dos partidos políticos, inclusive os relativos ao fundo partidário e ao fundo eleitoral, e rendimentos gerados pela aplicação de suas disponibilidades.

b) Os rendimentos financeiros e os recursos obtidos com a alienação de bens têm a mesma natureza dos recursos investidos ou utilizados para sua aquisição e devem ser creditados na conta bancária na qual os recursos financeiros foram aplicados ou utilizados para aquisição do bem.

c) Não é admitida a utilização de recursos próprios que tenham sido obtidos mediante empréstimo bancário.

d) Pessoas jurídicas não são admitidas a financiar as campanhas eleitorais

64. Sobre a propaganda eleitoral antecipada, é correto afirmar:

a) Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos.

b) É vedada a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos.

c) É permitida a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social

d) Configura propaganda eleitoral antecipada a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais, ainda que não haja pedido explícito de voto

65. Acerca da propaganda no dia da eleição, é incorreto afirmar que:

- a) É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos
- b) Constitui crime, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda referidos no caput, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.
- c) Constituem crimes, no dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos e publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o art. 57-B da Lei 9.504/1997, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.
- d) Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só é permitido que, em seus crachás, constem o nome e a sigla do partido político ou coligação a que sirvam, vedada a padronização do vestuário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

66. Em relação aos Serviços Públicos, é correto afirmar:

- a) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante processo administrativo instaurado especialmente para esse fim.
- b) A divulgação da suspensão no fornecimento de serviço de energia elétrica por meio de emissoras de rádio, dias antes da interrupção, é insuficiente para satisfação da exigência de aviso prévio.
- c) A interferência judicial para invalidar a estipulação das tarifas de transporte público urbano viola a ordem pública.

d) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos.

67. Nos termos da Lei 14.133/2021, sobre licitações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Incentivar o desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios a ser observado na aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- b) Para os fins da Lei 14.133/2021, considera-se órgão a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
- c) Os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública não se subordinam ao regime da nova lei de licitações.
- d) A Lei 14.133/2021 aplica-se aos contratos de locações firmados pela Administração Pública.

68. Sobre Atos Administrativos, é correto afirmar:

- a) Tratando-se de ato complexo ainda em formação, é possível impetrar mandado de segurança apenas perante autoridade coatora responsável pela manifestação de vontade final.
- b) Os atos compostos são aqueles que necessitam, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.
- c) A autoexecutoriedade permite que os atos administrativos sejam diretamente implementados pela Administração, afastando assim, posterior apreciação judicial.
- d) É possível o questionamento de cada ato componente do caminho formativo da manifestação da vontade final, isto é, apesar de o ato complexo ser um ato único, cada uma das manifestações pode ser questionada, a partir do momento em que for emitida.

69. Em relação aos Agentes Públicos é correto afirmar que:

- a) Para o STF, é constitucional lei que preveja a possibilidade de o indivíduo aprovado no concurso público ingressar imediatamente no último padrão da classe mais elevada da carreira.
- b) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.
- c) Para o STF, é inconstitucional o aproveitamento de servidor, aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio, em cargo que pressuponha escolaridade superior.
- d) Segundo o STF, nas hipóteses em que a CF/88 autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação ao somatório das remunerações.

70. Relativamente ao Poderes Administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o STJ, a aplicação da pena de demissão e de cassação de aposentadoria, quando comprovado que a conduta do investigado se amolda a essas hipóteses, é ato vinculado, não cabendo à autoridade aplicar penalidade mais leve.
- b) A edição de decreto autônomo que implique extinção de órgãos públicos, é competência privativa do Presidente da República, podendo esta ser delegada.
- c) A atribuição concedida ao administrador para organizar e distribuir as funções de seus órgãos de maneira vertical, estabelecendo uma relação de subordinação, decorre do poder disciplinar.
- d) A sanção sofrida por um particular em caso de descumprimento de cláusula de contrato administrativo firmado com a Administração Pública constitui manifestação do poder de polícia.

71. No que diz respeito à Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- a) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) De acordo com o STJ, a aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa não é exclusividade do Judiciário, sendo passível a sua aplicação no âmbito do processo administrativo disciplinar.
- c) A condenação pela Justiça Eleitoral ao pagamento de multa por infringência às disposições contidas na Lei n. 9.504/1997 (Lei das Eleições) impede a imposição de nenhuma das sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- d) O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92.

72. Nos termos da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- a) O estabelecimento de critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento é legal.
- b) Prescreve em 05 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- c) São inconstitucionais as restrições ao exercício da advocacia aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- d) Viola a Constituição Federal a Emenda à Constituição estadual que institui, como limite remuneratório único dos servidores públicos estaduais, o valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

73. Com relação a nova Lei de Licitações de Contratos Administrativos, Lei 14.133/2021, sobre contratos administrativos, é correto afirmar:

- a) A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- b) O contrato que prever a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 20 (vinte) anos.
- c) Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência não será automaticamente prorrogado, ainda que seu objeto não seja concluído no período firmado no contrato.
- d) Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima quinquenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

74. Sobre Intervenção do Estado na Propriedade Privada, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o STF, o princípio da hierarquia verticalizada impede que os Estados-membros e os Municípios tomem bens de propriedade da União.
- b) A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, será responsabilizada apenas com pena de multa.
- c) Não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas em ação de desapropriação indireta.
- d) Não configura desapropriação indireta quando o Estado se limita a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.

75. Sobre Bens Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista, ainda que sujeitos a uma destinação pública, são suscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.
- b) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, retiram o domínio da União, quando se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores.
- c) Terras em faixas de fronteira e aquelas sem registro imobiliário não são, por si só, terras devolutas, cabendo ao ente federativo comprovar a titularidade desses terrenos.
- d) Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo não revela dano presumido à coletividade, sendo indispensável prova de prejuízo em concreto.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

76. Acerca do Imposto Predial e Territorial Urbano assinale a alternativa correta:

- a) admite a existência de alíquotas progressivas levando em conta a quantidade de imóveis do contribuinte.
- b) A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN
- c) Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial
- d) O locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos

77. Assinale a alterna incorreta em relação ao Imposto sobre a propriedade de veículos automotores:

- a) A capacidade ativa referente ao IPVA pertence ao estado onde o veículo automotor deve ser licenciado, considerando-se a residência ou, no caso de pessoa jurídica, seu domicílio, que é o estabelecimento a que tal veículo vinculado.
- b) A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro CTB, abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação
- c) As alíquotas serão fixadas conforme a legislação Estadual, sendo as mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- d) Do produto da arrecadação do IPVA, 50% constitui receita do Município onde estiver licenciado o veículo e 50% (cinquenta por cento) constitui receita do Estado

78. Sobre o instituto da responsabilidade tributária assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade tributária pressupõe duas normas autônomas, a regra matriz de incidência tributária e a regra matriz de responsabilidade tributária, cada uma com seu pressuposto de fato e seus sujeitos próprios.
- b) Em direito tributário a interrupção da prescrição operada contra um devedor solidário, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
- c) Na Alienação do Estabelecimento se o Alienante encerra as atividades a Responsabilidade adquirente será subsidiária.
- d) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

79. Segundo o Código Tributário Nacional é correto afirmar que:

- a) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando deixe de defini-lo como infração
- b) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do

Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

- c) A obrigação acessória decorre somente de lei e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos
- d) A autoridade administrativa poderá declarar a nulidade de atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

80. Assinale a alternativa correta sobre o instituto da denúncia espontânea:

- a) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- b) o benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mesmo que pagos a destempo.
- c) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento ou parcelamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração
- d) Se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração desde que não tenha ainda sido o sujeito passivo notificado.

81. Na forma do art. 185 do Código Tributário Nacional presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, a partir:

- a) da citação do devedor na execução fiscal.
- b) do registro da penhora.
- c) da inscrição em dívida ativa.
- d) da notificação do sujeito passivo para impugnação administrativa

82. Acerca do regime legal e constitucional do ICMS assinale a alternativa correta:

- a) Constitui fato gerador do imposto de circulação de mercadorias a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato
- b) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras
- c) O ICMS incide sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público.
- d) Imposto será não cumulativo compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

83. São causas de extinção do crédito tributário, salvo:

- a) anistia.
- b) compensação.
- c) prescrição.
- d) pagamento.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

84. De acordo com que dispõe o Código Civil a respeito ao Direito Empresarial, assinale

a alternativa incorreta:

- a) O incapaz (menor de idade ou interditado) pode ser empresário individual excepcionalmente, conforme consta dos artigos 974 ao 976 do Código Civil. Sendo que, para a criação da empresa, dependerá de representação ou assistência.
- b) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos;
- c) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas;
- d) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.
- e) Nenhuma das anteriores

85. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O empresário casado pode, desde que com outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- b) O empresário individual não tem personalidade jurídica, não há separação patrimonial, isso significa que ele é titular de um único patrimônio, o qual envolve os bens pessoais e também os bens empresariais.
- c) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- e) Nenhuma das anteriores

86. Em pagamento do preço acordado pela venda de uma moto, Flávio emitiu um cheque em favor de Christian no dia 20 de julho de 2017. Porém, anotou o dia 30 de novembro de 2017 como sendo a data de emissão do cheque, ajustando com Felipe que o título somente deveria ser apresentado para pagamento depois dessa data. Cabe o destaque, ainda, que Flávio cruzou o instrumento.

Levando em consideração o caso em tela apresentado, marque a alternativa correta:

- a) Christian poderá riscar o nome do banco indicado entre os traços paralelos, hipótese em que o cruzamento especial ficará convertido em cruzamento geral.
- b) O cruzamento do cheque tem o efeito legal de impedir que o título seja endossado.
- c) O banco sacado deverá se recusar a pagar o cheque se apresentado para pagamento antes da data de emissão dele constante.
- d) Se Christian apresentar o cheque para pagamento antes da data de emissão constante do título, ficará sujeito ao pagamento de indenização por danos morais a Flávio.
- e) Nenhuma das anteriores.

87. Sobre a falência, é possível dizer que:

- a) A decretação da falência implica a suspensão de todas as ações propostas contra o devedor, inclusive as que demandem quantia ílquida.
- b) Contra o ato judicial que decreta a falência cabe apelação, que possui efeitos devolutivo e suspensivo.
- c) A falência do locador não resolve o contrato de locação; falindo o locatário, o administrador judicial poderá denunciar o contrato a qualquer tempo.
- d) A inabilitação imposta ao empresário falido tem caráter perpétuo.
- e) A ineficácia se dá em todos os atos de falência.

88. Tem-se que registro do empresário é considerado constitutivo, requisito da atividade empresarial. Além disso inscrição do empresário, no que se refere ao tempo, deve ser requerida no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede:

- a) Antes do início de sua atividade.
- b) Logo após o início de sua atividade.
- c) Antes ou logo após o início de sua atividade.
- d) Antes ou durante o exercício de sua atividade.
- e) Concomitantemente ao exercício da atividade.

89. A convação da recuperação judicial em falência:

- a) decorre do inadimplemento de obrigação não sujeita à recuperação judicial.
- b) implica na invalidação de atos de administração, endividamento, oneração e de alienação praticados durante a recuperação judicial.
- c) decorre da apresentação do plano de recuperação.
- d) ocorre pelo descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.

90. O estabelecimento empresarial, segundo o código civil é:

- a) uma universalidade de fato, formada por bens materiais e imateriais organizados por empresário ou sociedade empresária;
- b) uma universalidade autônoma com personalidade jurídica própria;
- c) o lugar onde o empresário desenvolve as suas atividades e relação sinonímia com o ponto empresarial;
- d) exclusiva e unicamente vinculado ao lugar onde o empresário ou sociedade empresário desenvolve as suas atividades;
- e) uma pessoa jurídica autônoma

91. Em relação à sociedade empresarial de cônjuges, é correto afirmar que:

- a) é permitida, salvo se o regime de bens do casal for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória;
- b) é proibida seja lá qual for o regime de bens;
- c) é permitida, salvo no caso de separação obrigatória;
- d) é permitida, mas depende de autorização judicial;
- e) é proibida, mas poderá ser autorizada caso o capital esteja integralizado.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

92. As afirmações a seguir referem-se a que princípio do direito ambiental:

- I – O empreendedor precisa arcar com os custos das medidas de proteção ambiental.
 - II – O preço de um produto deve levar em conta as externalidades negativas ambientais.
 - III – Não há que se falar na compra do direito de poluir.
- a) Princípio da cooperação.
 - b) Princípio da participação.
 - c) Princípio do poluidor pagador.
 - d) Princípio do protetor recebedor.

93. Assinale a alternativa correta:

- a) Compete aos Estados, DF e Municípios, em conjunto, instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.
- b) Incluem-se entre os bens dos Municípios as águas subterrâneas.
- c) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta anos, renovável.
- d) Está sujeito à outorga de direito de uso de recursos hídricos a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

94. Consideram-se de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades, exceto:

- a) Proteger áreas com plantações voltadas à exportação.
- b) Proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico.
- c) Conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha.
- d) Auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.

95. Qual, das unidades de conservação abaixo, pertence ao grupo de proteção integral?

- a) Floresta Nacional.
- b) Reserva de Fauna.
- c) Monumento Natural.
- d) Área de Proteção Ambiental.

96. A responsabilidade administrativa ambiental é:

- a) Objetiva.
- b) Subjetiva e solidária.
- c) Pessoal e fundamentada na teoria do risco integral.
- d) Subjetiva, pessoal e fundamentada na teoria da culpabilidade.

97. Não é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- b) Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para o aumento da produtividade.
- c) O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental.
- d) As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

98. Sobre o direito ambiental internacional, assinale a alternativa correta:

- a) Ao final da Conferência de Estocolmo-72 foi produzido o documento intitulado “O futuro que queremos”.
- b) O Relatório de Brundtland, documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, foi elaborado na Rio-92.
- c) O principal documento produzido no Acordo de Paris (COP-21) foi a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).
- d) Na Conferência Estocolmo-72 foi votado um Plano de Ação para o Meio Ambiente, composto por 109 recomendações, recomendações estas centradas, dentre outras políticas, no chamado “Plano Vigia” (Earthwatch), que consiste no investimento em tecnologias de controle para policiar e avaliar as condições do “meio ambiente mundial”.

99. Quanto à origem dos resíduos sólidos, são considerados resíduos de limpeza urbana:

- a) Os gerados nos processos produtivos e instalações industriais.
- b) Os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
- c) Os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira.
- d) Os originários de atividades domésticas em residências urbanas.

100. Sobre o plano diretor, assinale a alternativa correta:

- a) A propriedade rural cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
 - b) O plano diretor, aprovado pela Constituição estadual, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
 - c) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada cinco anos.
 - d) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
-

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SP-Magistratura-18-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>